

7 — Os candidatos serão notificados para a realização da entrevista bem como do resultado do procedimento concursal, não havendo lugar a audiência dos interessados, conforme estabelece o n.º 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

8 — Constituição do júri:

Presidente — Licenciado José Júlio Cordeiro dos Reis Silva, Secretário-Geral Adjunto do MAOTDR.

Vogais:

Licenciado Manuel Inácio da Silva Pinheiro, Sudirector-Geral do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano.

Professora Doutora Assunção Cristas, docente da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.

23 de Janeiro de 2008. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Fernandes*.

Despacho n.º 4468/2008

Considerando a publicação do Decreto Regulamentar n.º 52/2007, de 27 de Abril que definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, adiante designada por Secretaria-Geral;

Considerando a publicação da Portaria n.º 525/2007, de 30 de Abril, que definiu a estrutura nuclear da Secretaria-Geral e as respectivas competências;

Considerando a publicação da Portaria n.º 586/2007, de 10 de Maio, que fixou as respectivas unidades flexíveis;

Assim, ao abrigo e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril:

É criada na dependência da Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Modernização e Qualidade, a Divisão de Recursos Humanos, adiante designada por DRH, à qual compete, nomeadamente:

- a) Promover a execução da política de recursos humanos;
- b) Propor medidas conducentes à racionalização da gestão de pessoal do MAOTDR e ao aumento da produtividade e da qualidade do trabalho;
- c) Elaborar e apresentar indicadores evidenciando as necessidades de recrutamento de pessoal;
- d) Cooperar na elaboração do plano anual de actividades e na preparação da parte dos orçamentos que caia na sua esfera de competências;
- e) Elaborar o balanço social da SG e o balanço social consolidado do MAOTDR;
- f) Promover e executar os procedimentos administrativos relativos à constituição, modificação e extinção da relação jurídica de trabalho do pessoal da SG, dos gabinetes dos membros do Governo e dos serviços a que presta apoio técnico e administrativo;
- g) Propor, desenvolver e coordenar a política de formação e aperfeiçoamento profissional do pessoal da SG e dos serviços a que presta apoio e dos restantes serviços do Ministérios, no âmbito das áreas de actuação comuns;
- h) Apoiar os serviços e organismos do Ministério na preparação e realização de acções de formação técnica especializada;
- i) Promover a apresentação de candidaturas aos programas comunitários de formação profissional, a participação em programas ou acções de formação organizados por outras entidades e o e-learning;
- j) Informar e dar parecer sobre questões relativas à sua área de actuação, que lhe sejam submetidas;
- l) Organizar e manter actualizado um sistema de comunicação e informação tendentes à caracterização permanente dos recursos humanos do MAOTDR e à elaboração de indicadores de gestão;
- m) Assegurar a gestão da bolsa de emprego público e a coordenação da oferta e procura de emprego, em articulação com os diversos departamentos ministeriais, e no âmbito das administrações públicas da União Europeia;
- n) Gerir o pessoal colocado em situação de mobilidade especial do MAOTDR;
- o) Assegurar o desenvolvimento de outras atribuições que, no âmbito das suas competências, lhe forem, por despacho, superiormente cometidas.

30 de Janeiro de 2008. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Martins da Costa Fernandes*.

Despacho n.º 4469/2008

Considerando a publicação do Decreto-Regulamentar n.º 52/2007, de 27 de Abril que definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento

do Território e do Desenvolvimento Regional, adiante designada por Secretaria-Geral;

Considerando a publicação da Portaria n.º 525/2007, de 30 de Abril, que definiu a estrutura nuclear da Secretaria-Geral e as respectivas competências;

Considerando a publicação da Portaria n.º 586/2007, de 10 de Maio, que fixou as respectivas unidades flexíveis e o meu despacho de 30 de Janeiro de 2008, que cria a Divisão de Recursos Humanos no âmbito da Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Modernização e Qualidade;

Considerando que a licenciada Elisabete Cristina Lopes Costa, possui a experiência profissional e reconhecidas aptidões técnicas para exercer o cargo de Chefe de Divisão de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, como atesta, aliás, a nota curricular que se publica em anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante;

Assim, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos n.ºs 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio a licenciada Elisabete Cristina Lopes Costa, para exercer, em regime de substituição, o cargo de Chefe de Divisão de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

1 de Fevereiro de 2008. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Martins da Costa Fernandes*.

Nota curricular

Dados Pessoais

Nome: Elisabete Cristina Lopes Costa

Naturalidade: S. Sebastião da Pedreira, Lisboa

Data de Nascimento: 27 de Novembro de 1976

Habilitações Literárias

Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos e Gestão Estratégica pelo Instituto Superior de Línguas e Administração (1999);

Pós-Graduação em Contabilidade, Finanças Públicas e Gestão Orçamental, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (2002);

Curso Técnico-Profissional de Contabilidade e Gestão (1994)

Formação Profissional

Participação em diversos cursos, seminários e congressos a nível nacional nas áreas da gestão de recursos humanos (Desenvolvimento de Modelos Organizacionais e Perfis Profissionais; Técnicas de Avaliação de Desempenho; Novo Regime de Avaliação do Desempenho — 2004; Concurso de Pessoal na Administração Pública; Auditoria de Recursos Humanos; Balanced Scorecard, etc), da qualidade (Estruturas e Avaliação da Qualidade — Aplicações Práticas da CAF; 3.º Encontro Europeu sobre a CAF; Auditorias internas de Qualidade), do direito administrativo, etc.

Experiência Profissional

Desde 1 de Fevereiro de 2003, desempenha funções de técnica superior na área dos recursos humanos, na Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional;

De 1 de Novembro de 2000 a 31 de Janeiro de 2003, desempenhou funções de técnica superior na área das carreiras, no Departamento de Ordenamento de Carreiras e Política Salarial da então, Direcção-Geral da Administração Pública.

Em 30 de Novembro de 1994 iniciou funções públicas na Escola Secundária Manuel Cargaleiro.

Despacho n.º 4470/2008

Considerando a publicação do Decreto-Regulamentar n.º 52/2007, de 27 de Abril, que definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional;

Considerando a publicação da Portaria n.º 525/2007, de 30 de Abril, que definiu a estrutura nuclear da Secretaria-Geral e as respectivas competências, designadamente, no âmbito das compras electrónicas, para cuja prossecução foi criado um departamento com nível de direcção de serviços — a Unidade Ministerial de Compras;

Considerando a necessidade de assegurar a coordenação das atribuições daquela unidade orgânica;

Considerando que a licenciada Ana José Gomes Pereira dos Santos Tenente possui a experiência profissional e reconhecidas aptidões técnicas para exercer o cargo de directora de serviços da Unidade Ministerial de Compras da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, como atesta, aliás, a nota curricular que se publica em anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante,

Assim, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos n.ºs 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio a licenciada Ana José Gomes Pereira dos Santos Tenente, para exercer, em regime de substituição, o cargo de directora de serviços da Unidade Ministerial de Compras da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

1 de Fevereiro de 2008. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Martins da Costa Fernandes*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Aviso n.º 4319/2008

Por despacho do presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte de 27 de Dezembro de 2007, foi ao abrigo do artigo 27 da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeada em regime de substituição para o cargo de chefe de divisão de Apoio à Administração Local, a Sra. Dra. Maria Natália Pacheco Rodrigues Gravato, Assessora Principal, do quadro da ex-CCRN.

A presente nomeação produz efeitos a partir de 7 de Janeiro de 2008. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Janeiro de 2008. — A Chefe da Divisão de Organização e Recursos Humanos, *Paula Freitas*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Despacho n.º 4471/2008

Em cumprimento do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do MAOTDR, foi publicado o Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27-04 que opera a reestruturação da CCDRC, no âmbito do processo global de reforma da Administração Pública.

Através da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril, foi fixada a Estrutura Nuclear dos serviços e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Assim:

Considerando que, na sequência desta reestruturação, é necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas agora criadas ou reestruturadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada visando a prossecução das novas atribuições cometidas à CCDRC;

Assim:

Considerando que o mestre Rui Miguel Abrantes Martins, possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidades adequadas e experiência profissional no exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido para o lugar a prover, evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia do 2.º grau, Chefe de Divisão de Planeamento e Avaliação, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, o mestre Rui Miguel Abrantes Martins, do quadro de pessoal da mesma CCDRC, nos termos dos artigos 20.º, 21.º e 27.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

O presente despacho produz efeitos a 16 de Janeiro de 2008.

29 de Janeiro de 2008. — O Presidente, *Alfredo Rodrigues Marques*.

Nota curricular

Dados Biográficos: Rui Miguel Abrantes Martins, natural de Seia, nascido em 5 de Setembro de 1966.

Habilitações Literárias: Licenciatura em Geografia pela Universidade de Coimbra em 1988, com a média final de 16 valores;

Mestrado em Geografia, Área de Especialização em Geografia Regional pela Universidade de Coimbra em 1993, com a classificação final de Muito Bom.

Experiência Profissional:

2007: Assessor da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR).

2000: Técnico Superior Principal.

1997: Técnico Superior de 1ª Classe.

1993: Ingresso na carreira Técnica Superior da Administração Pública, no quadro da ex-CCRC.

1988: Início da actividade na ex-CCRC.

De 1 de Setembro de 2001 a 5 de Janeiro de 2007: Chefe de Divisão de Apoio à Gestão de Programas e Projectos da CCDRC.

Actividades Desenvolvidas:

Colaboração na elaboração de estudos, estratégias e programas nas temáticas do ordenamento do território e do desenvolvimento regional.

Participação na gestão de programas na Região Centro, no âmbito do FEDER, do I Quadro Comunitário de Apoio/QCA (Programa Operacional do Centro, PEDIP e PRODAC), do II QCA (Procentro, Centros Rurais e PROCÓA), do III QCA (Programa Operacional da Região Centro) e da iniciativa comunitária INTERREG II (1997).

Acompanhamento de iniciativas nas áreas das tecnologias de informação e comunicação e da sociedade da informação.

Interlocutor para os sistemas de informação de apoio à gestão do Programa Operacional da Região Centro (2000-2006).

É autor e co-autor de diversas comunicações e publicações sobre telecomunicações, sociedade da informação e desenvolvimento regional.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Despacho (extracto) n.º 4472/2008

Por despacho de 21 de Dezembro de 2007 da Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo:

Maria do Céu Ferreira Pires Ribeiro, técnica superior de 1ª classe, escalão 2 índice 475, do quadro de pessoal da ex-Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo — nomeada definitivamente, precedendo concurso, na categoria de técnica superior principal, posicionada no escalão 1, índice 510, do referido quadro, com efeitos à data do despacho de nomeação.

Agueda Maria Dinis da Silva, técnica superior principal, escalão 1 índice 510, do quadro de pessoal da Direcção Regional de Organização e Administração Pública — nomeada definitivamente, precedendo concurso, no quadro de pessoal da ex-CCLVT, com igual categoria, escalão e índice, com efeitos reportados à data do despacho de nomeação, ficando exonerada do lugar de origem a partir da referida data. (Isentos de fiscalização prévia)

7 de Janeiro de 2008. — A Directora de Serviços, *Maria Rosa Fradinho*.

Instituto Geográfico Português

Aviso n.º 4320/2008

Por efeito de alteração estatutária registada em 29 de Agosto de 2005, a empresa licenciada para o exercício de actividades no domínio do Cadastro Predial pelo Alvará n.º 01/04 CD, válido até 27 de Fevereiro de 2009, adoptou a seguinte firma: “RZMAPA — Serviços de Engenharia, S. A.”.

21 de Janeiro de 2008. — O Director-Geral, *Arménio dos Santos Castanheira*.

2611087095

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Instituto Português da Qualidade, I. P.

Aviso n.º 4321/2008

Por despacho de 2008-01-25 do Presidente do Conselho de administração do Instituto Português da Qualidade:

Ana Margarida Costa Neto Antunes, Técnica Superior Principal (área funcional: Engenharia da Qualidade) do quadro de pessoal do Instituto Português da Qualidade — nomeada definitivamente, precedendo concurso, Assessora da mesma área funcional e quadro, Escalão 1 Índice 610.

30 de Janeiro de 2008. — O Presidente do Conselho de Administração, *Jorge Marques dos Santos*.